



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681082 - SP (2021/0224409-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS E OUTRO
ADVOGADOS : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS - SP088552
TADEU TEIXEIRA THEODORO - SP273007
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DARCY DA SILVA VERA
CORRÉU : WAGNER DE SOUZA RODRIGUES
CORRÉU : SANDRO ROVANI SILVEIRA NETO
CORRÉU : ANDRE SOARES HENTZ
CORRÉU : MARIA ZUELY ALVES LIBRANDI
CORRÉU : MARCO ANTONIO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DARCY DA SILVA VERA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Embargos de Declaração n. 0028367-15.2016.8.26.0506/50000).

A paciente foi condenada à pena de 26 anos, 1 mês e 3 dias de reclusão no regime inicialmente fechado pela prática dos delitos do art. 1º do Decreto-Lei n. 201/1967 e do art. 288 do Código Penal.

Nesta via, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da anulação do acórdão que confirmou a condenação apenas em relação ao corréu Wagner de Souza Rodrigues.

Alega que, ainda que a anulação tenha decorrido da ausência de intimação da defesa do corréu-delator, a eventual modificação do julgamento em relação a ele pode alcançar os demais envolvidos.

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento do feito até o julgamento do *writ*. No mérito, pleiteia a concessão da ordem constitucional para anular o acórdão confirmatório da condenação em relação a todos os réus.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente